

Em torno da instância da imagem ao vivo¹

On the instance of live image

■ EUGÊNIO BUCCI*

RESUMO

Este artigo procura resumir a hipótese da «instância da imagem ao vivo» a partir da descrição da natureza do espaço público, entendido aqui como um ambiente comunicacional, mais que institucional ou jurídico. A instância da imagem ao vivo é apresentada não como sendo a imagem ao vivo em si mesma, mas o plano de representação em que ela se inscreve, plano este que se põe como o principal fator de unificação do espaço público em seu sentido mais amplo. Segundo a presente hipótese, as novas possibilidades tecnológicas da era digital não revogam esse plano: apenas o revigoram à medida que o problematizam.

Palavras-chave: instância, imagem ao vivo, espaço público

ABSTRACT

This article tries to summarize the hypothesis of the «instance of the live image» in its connection with the public space, which is conceived as a communicational space, rather than an institutional or a legal one. The instance of the live image is displayed not as the live image itself, but as the plan of representation in which the live image takes place. This plan is put as the main factor of unification of the public space in its broadest sense. According to this hypothesis, the new technological possibilities of the digital age do not revoke this plan: they just reinforce it as they put new questions about it.

Keywords: instance, live image, public space

* Jornalista e professor doutor da graduação e do Programa de Pós-graduação da ECA-USP. Escreveu, entre outros livros, *Sobre Ética e Imprensa* (São Paulo: Companhia das Letras, 2000) e *Em Brasília, 19 horas* (Rio de Janeiro: Record, 2008).

1. Este artigo se beneficia de elaborações – e de alguns trechos – do primeiro capítulo da tese de doutorado do autor, *Televisão Objeto – a crítica e suas questões de método*, defendida na ECA-USP em 2002.

D

Em torno da instância da imagem ao vivo

A HISTÓRIA É BEM conhecida – e sempre repetida: no século passado, à medida que a televisão foi se popularizando como eletrodoméstico, o espaço público passou a sofrer profundas transformações. Alguns fundamentos dessas mudanças, contudo, talvez não tenham sido enfocados com a atenção devida. O principal deles culmina com a entrada, no espaço público, da invenção da imagem ao vivo. A partir daí, poderemos dizer, as relações comunicativas mudam de plano. Irreversivelmente.

Na esteira da TV, que nasce com monitores em preto e branco, viriam as cores. Logo entrariam em cena as transmissões via satélite. A área de cobertura da imagem ao vivo alcançou continentes inteiros e, ato contínuo, o globo terrestre. Isso modificou definitivamente os modos de registro dos fatos, ou seja, como são constituídas as narrativas sobre a realidade, ou, ainda, se preferirem, a constituição da realidade por meio das práticas discursivas: a realidade é, sim, uma construção discursiva; ela não é uma coisa, não é algo que se pegue com as mãos, mas uma representação que adquire capacidade de nomear as coisas – que, estas sim, uma vez nomeadas, pegamos com as mãos. A imagem ao vivo, em suma, trouxe um novo estatuto às formas de representação – sobretudo às formas jornalísticas de representação do mundo.

Se no século XIX a palavra impressa nos jornais diários ocupava o lugar de suporte de inscrição da verdade factual – ela carregava as notícias e as informações e sediava, soberana, o vértice da formação da opinião pública –, a partir da segunda metade do século XX irrompe outra instância, que passaria a ser o altar mais elevado da comunicação social: a «instância da imagem ao vivo». No curso dessa transformação, a «instância da palavra impressa» perdeu centralidade para a «instância da imagem ao vivo».

A NOÇÃO DE INSTÂNCIA

Fixemo-nos por alguns instantes no que chamamos aqui de «instância». No campo jurídico, o conceito se refere a uma relação processual entre partes que disputam um entendimento que, uma vez proclamado pelo terceiro, a quem cabe julgar, terá validade para todos. Já no campo da comunicação, entretanto, a proposição desse termo é de outra ordem: designa uma relação comunicativa entre sujeitos em torno de processos de significação que não se cristalizam, mas reproduzem-se sobre si mesmos em permanente revisão de seus próprios termos. A ideia de instância no campo da comunicação não se prende à noção de sentenças finais, mas àquilo que serve de sede a uma sucessão de fixações e deslizamentos de significantes de tal modo que façam sentido transitório para os sujeitos. Para nós, portanto, o conceito é mais linguístico que jurídico.

Lacan também se vale dessa palavra quando trata da «instância da letra no inconsciente». Diz Lacan: “Nós designamos por letra esse suporte material que o discurso concreto toma emprestado à linguagem” (Lacan, 1996: 225). É particularmente revelador o modo como o autor se refere à letra, neste caso preciso: ele a toma como “suporte material” e não puramente como «significante». Logo, a letra proporcionaria a base para o discurso se fixar e, aí, colar-se a sentidos que, não obstante, dele se descolarão, a seguir, para buscar novas fixações. Mas, atenção: o conceito de instância em Lacan não se resume a esse entendimento tão direto, ainda que não incorreto. Ele define, mais que a própria letra, o «lugar» que ela ocupa. Esse lugar está lá, aberto, antes mesmo que a letra chegue. Sem dúvida, a letra funcionaria como suporte, mas, suporte que é, ela se põe sobre o vazio que a espera – e que dela não pode prescindir.

A perspectiva lacaniana ajuda a ilustrar o entendimento do termo tal como ele é invocado aqui: um «suporte» que se presta à fixação dos sentidos por meio do discurso, mas que não se esgota nessa significação, posto que sustenta, também, o deslizamento dos significantes (sejam eles letras, no caso da «instância da palavra impressa», ou cenas com movimento, no caso da «instância da imagem ao vivo»). E é esse deslizamento que permite a recombinação incessante entre significantes e significados.

A PALAVRA IMPRESSA

Em se tratando dos jornais impressos – suportes, por excelência, da constituição dos espaços públicos nacionais, de modo mais acentuado no século XIX e início do século XX –, o ritmo dos deslocamentos coincidia com o ciclo completo de uma volta do planeta em torno de si mesmo: 24 horas. Religiosamente, os diários circulavam, como até hoje, um dia após o outro, marcando a seu modo a própria passagem do tempo. Independentemente do que tenha acontecido, eles continuam a circular. Registram em sua cadência regular a «última palavra» sobre o entendimento dos fatos e das ideias. Passadas 24 horas, revogam-se a si próprios, estabelecendo novas «últimas palavras».

Como visualizar, como «enxergar» o rosto da instância da palavra impressa? Talvez uma alegoria possível para isso seja a suposição fictícia de um jornal, um calhamaço de papel, que circulasse num belo dia sem absolutamente nenhum pingo de tinta, completamente em branco. Ali estaria uma primeira fisionomia da instância. Ou quase ali. Sim, porque aquele suporte da palavra impressa, agora «sem» a palavra impressa – a instância da palavra impressa «sem» a palavra impressa – não é, ele mesmo, a própria instância. Esta se situa ainda um pouco mais além.

D

Em torno da instância da imagem ao vivo

A instância tem a ver com o feixe do olhar, que emerge de um recorte espacial – geográfico, melhor dizendo – que sobre ela se deposita, constituindo-a. O caderno de papel em branco «materializa» o impacto desse olhar, amparando o crédito público de que é a cristalização. A instância é, portanto, uma abstração (o olhar social) que se materializa para dar suporte ao significante.

Assim como demarca um ciclo temporal, a instância da palavra impressa demarca, também, uma região espacial, ou seja, um contingente humano que a tem como referência de relação comunicativa. Suas fronteiras são limitadas, obviamente. A primeira e mais cortante limitação a essa instância provém dos limites do idioma. Apenas os cidadãos letrados naquela língua têm a ela o ingresso concedido. Do mesmo modo, apenas os cidadãos que se situam na área coberta pela distribuição física do jornal dela participam. Logo, a instância da palavra impressa mobiliza diariamente o acervo imaginário dessa comunidade, pondo-a a dialogar em torno dos temas de seu interesse imediato. É desse modo que os jornais impressos puderam atuar na confecção de espaços públicos mais ou menos nacionais, ou regionais, sendo que estes últimos (os regionais) poderiam ser mais amplos ou mais estreitos que os próprios países, conforme as situações geográficas e idiomáticas. Os cidadãos aí abarcados são os sujeitos da relação comunicativa posta pela instância da palavra impressa.

DA LINHA DO TREM À ABÓBADA CELESTE

A transição da instância da palavra impressa para a instância da imagem ao vivo merece uma pequena consideração prévia. No século XIX, era pelos jornais diários que os cidadãos debatiam os temas de interesse público. O surgimento da indústria gráfica ampliou abruptamente o número de exemplares impressos. A instituição da publicidade fez com que o preço unitário se tornasse mais acessível. O desenvolvimento da malha ferroviária permitiu que a distribuição cobrisse áreas cada vez maiores. A população que tomava parte na comunicação social pôde crescer, o que trouxe, como resultado, mais poder para a instância da palavra impressa no espaço público. As nações unificaram suas identidades políticas e fortaleceram suas democracias por meio dos jornais impressos.

Já no século XX, com a indústria cultural e os meios de comunicação de massa dotados de recursos visuais, o texto escrito deixou de ser o crivo obrigatório para que homens e mulheres tivessem acesso às notícias e às opiniões. A massa iletrada entra em cena, movida, sobretudo, pelo consumo do entretenimento. As notícias e as opiniões perdem relevância nessa nova indústria – por isso, vai se dizer que, com a indústria cultural, o público (ativo e crítico) se expande como massa (passiva e acrítica), como Habermas anotou em *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (o que veremos com mais vagar logo adiante).

Primeiro pelo cinema, com a imagem em movimento, e depois pela televisão, com suas imagens ao vivo, o entretenimento alcançou uma potência sem precedentes. O espaço comum, antes mediado pelos diários, converteu-se em um imenso parque de diversões virtual e, nessa evolução, a «instância da imagem ao vivo» passou a ocupar o seu centro, o que acarretou efeitos irreversíveis sobre as formas de relato factual. A instância da imagem ao vivo instaurou-se como o oráculo da sociedade, um oráculo massificado que se apresenta como a mais alta forma de registro da dita realidade para uma civilização que terá em seus olhos o principal critério de verificação da verdade. “Uma foto será mais «crível» do que uma figura”, dirá Régis Debray, “e uma fita de vídeo do que um bom discurso” (Debray, 1993: 354).

Paulatinamente, o «ver» passa a ocupar uma franja da função do «conhecer». O olhar avança sobre o pensamento. O imaginário toma para si territórios que pertenciam ao domínio do simbólico, ou seja, os mecanismos próprios da ordem do imaginário – que não se compõe apenas de visualidades, como se sabe, mas incorpora o vasto acúmulo de mitos e significados dos quais os falantes lançam mão, de forma direta – tendem a substituir os processos próprios do simbólico – que demandam leitura e escrita, isto é, exigem abstração, pensamento, instituindo o ordenamento e a lei.

Há outros desdobramentos que se operam a partir dessa transição. A política, que já continha elementos de espetáculo, e o relato jornalístico, que apresentava em sua constituição os recursos estéticos e os apelos emocionais, rendem-se largamente às leis do entretenimento para atingir, cativar e seduzir as plateias. A razão, tal como sonhada pelos iluministas, perde terreno. O espaço público posto pela «instância da imagem ao vivo» nasce, enfim, como um espaço marcadamente estético. Por meio dele, nada menos que as identidades nacionais serão retrabalhadas ou mesmo construídas em primeira mão (fenômeno do qual o caso brasileiro é exemplar). O que antes se tecia pelos jornais, através do texto, quando a palavra impressa era a instância máxima, passou a se dar pela imagem ao vivo. Os limites do idioma, insuperáveis para a palavra escrita, dissipam-se. As fronteiras geográficas se desmancham no ar. O tempo cíclico das atualizações diárias perde força para a instantaneidade: os intervalos temporais tendem a zero. O espaço público vai se convertendo numa abóbada, tão grande ou tão pequena quanto o céu azul que recobre a Terra.

NATUREZA COMUNICACIONAL DO ESPAÇO PÚBLICO

É assim que a esfera pública, no dizer de Habermas, logra expandir-se. Não nos percamos aqui em debates sobre os possíveis conceitos de espaço público –especificamente, na pertinência (ou não) de se falar em um espaço público

D

Em torno da instância da imagem ao vivo

mundializado ou global. Renato Ortiz, por exemplo, vislumbra a emergência de uma “cultura mundial” (1994), enquanto Octavio Ianni enxerga uma “sociedade civil global” (1998: 39 e 107). Não é esse o foco desse artigo. O ponto essencial, agora, não precisa ir além da constatação mais elementar: a de que os temas de interesse público se revestem, cada vez mais, de uma pauta transnacional ou, se preferirem, planetária. Cidadãos do mundo todo identificam-se, progressivamente, como pertencentes a uma agenda comum, cujos tópicos lhes dizem respeito, qualquer que seja a sua nacionalidade. Embora a palavra, escrita ou falada, exerça aí uma função imprescindível, o que os unifica é a «instância da imagem ao vivo».

O que importa agora, mais do que tudo, é compreender a «natureza comunicacional» da noção de espaço público – para que se possa assimilar, nesses termos, a passagem da «instância da palavra impressa» para a «instância da imagem ao vivo». É a comunicação que institui o espaço público – jamais o contrário. É a dinâmica dessa comunicação que define o espaço público.

Isso não significa que sua constituição se dá por meio de processos despidos de contradições e mesmo de tensões, a começar aquelas com o poder. Ao contrário: os espaços públicos definem-se como ambientes em que a relação comunicativa se abastece das contradições – históricas, sociais, econômicas, políticas e, por certo, comunicacionais. Eles não se põem como arenas «pacíficas» de «consensos», mas tecem-se, antes de tudo, daquilo que é conflituoso e instável.

Para que tenhamos mais claras essas características, é preciso recuarmos no tempo. Assim, retornaremos à «instância da imagem ao vivo» e poderemos abordá-la como uma instância marcada por problematizações – sobretudo aquelas que serão encetadas pela emergência das chamadas redes interconectadas da era digital e da Internet.

MAIS QUE MEIO – RELAÇÃO COMUNICATIVA

Antes de mergulharmos no recuo do tempo, convém sublinhar, preliminarmente, alguns aspectos definidores da «instância da imagem ao vivo». Como já foi dito, ela modificou radicalmente as balizas de espacialidade e temporalidade. Foi ela que deu a abertura para o que hoje vemos como a nova fisionomia da esfera pública.

Aqui precisamos nos afastar da mistificação da tecnologia. Não é ela que expande a esfera pública, mas o emprego social da tecnologia – gerada, aliás, pelas relações sociais – na comunicação. A propósito, o impulso – ou a tendência natural – de expansão da esfera pública é anterior à televisão. Bem a propósito, o surgimento da tecnologia da televisão já estava pressuposto –

já era demandado – por esse impulso de expansão. A «instância da imagem ao vivo», assim, não é nem um meio, nem um veículo, mas um padrão.

Ela não é um «meio» ou um «veículo» pelo simples fato de que «não transporta conteúdos prontos de um polo (emissor) a outro (receptor)», mas age na constituição da relação comunicativa, que emula as relações sociais, como veremos.

E a Internet? Ela «não revoga a instância da imagem ao vivo». Ao contrário, só faz aprofundá-la, porque encurta ainda mais as distâncias e abrevia os prazos – tendência imperiosa que foi posta pela expansão da esfera pública a partir da instância da imagem ao vivo. As possibilidades trazidas pela era digital carregam a esfera pública de problematizações sobre si mesma. A tendência imperiosa que a leva à expansão, através dessa problematização, deve-se tanto às exigências do capital (que requer a ubiquidade e a instantaneidade no nível dos movimentos financeiros) quanto às exigências do espetáculo (que requer as mesmas ubiquidade e instantaneidade no nível da representação). A internet não revoga essa tendência, impulsiona-a.

Tanto é assim que a televisão, assim como os bancos de dados ou as revendedoras de automóveis, tende a se fundir à Internet. É possível ver TV pela internet, do mesmo modo como fazer compras de supermercado pelo computador já é uma rotina banal. Tudo isso não significa que a «instância da imagem ao vivo» esteja sepultada. A internet como tela eletrônica e como interatividade prossegue, com a televisão, uma obra iniciada pelo aparelho televisor. Avança, como já foi assinalado, porque vem problematizá-la, seja pelo que alguns chamam de «interatividade», seja pelo efeito de retroalimentação que exerce sobre os processos de confecção, difusão, assimilação e recriação das imagens.

Em resumo, a «instância da imagem ao vivo» é posta como um laço simultaneamente tecnológico e social. É indiferente se essa comunicação ocorre por internet, por antena convencional, por antena parabólica, por fibra ótica ou, ainda, por um sistema que combine tudo isso. Ela concentra um vínculo comunicacional (tecnológico e social) entre sujeitos.

Por «instância da imagem ao vivo» não se deve entender estritamente o advento das ditas transmissões ao vivo. Entende-se a condição imediata e permanente de estar ao vivo a qualquer instante: «a instância da imagem ao vivo» não é a imagem ao vivo, em si, mas o lugar social que lhe serve de sede, a partir do qual ela se irradia e para o qual ela converge. O *on-line* é, portanto, parte dessa instância, posto que a prolonga.

Sigamos, então, para o recuo no tempo, uma recapitulação do conceito de espaço público como fundamentalmente comunicacional.

MERCADO DE INFORMAÇÕES

Segundo a genealogia concebida por Habermas, a esfera pública tal qual o nosso tempo a conhece emerge junto com a formação da sociedade burguesa. A característica mais marcante dessa origem não é a associação entre esfera pública e a crítica literária (associação bastante comentada), mas a vinculação histórica e material entre esfera pública e mercado capitalista (relativamente esquecida). Embora o primeiro aspecto não possa ser negligenciado, começaremos nossa discussão pelo segundo.

A esfera pública é a expressão pública do mercado capitalista em formação. Ela não vem à luz como instituição ou como convenção mais ou menos jurídica, pactuada entre agentes movidos apenas pela razão, mas como a face pública de uma atividade econômica, privada. É produto da história, mais do que de vontades.

A esfera pública e o nascente mercado capitalista são irmãos gêmeos. A esfera pública burguesa primeva pode mesmo ser pensada como um metamercado, isto é, como aquele fórum embrionário que projetava para a visibilidade pública o que cidadãos cujas raízes mergulhavam em ocupações comerciais capitalistas (ou pré-capitalistas) privadas vocalizavam. Ou seja: na esfera pública, o comerciante burguês adquire a projeção de cidadão em diálogo com outros cidadãos.

Vale insistir: essa gênese deve ser entendida como processo histórico; não se trata de um advento repentino ou de uma construção intencional. Enquanto no plano econômico os sujeitos-capitalistas trocam mercadorias, no plano da esfera pública em formação esses mesmos sujeitos, agora sujeitos-cidadãos – pois titulares de direitos que se realizam não apenas no âmbito privado, mas progressivamente no público – iniciam as redes comunicativas trocando informações. É o imperativo da troca de informações – uma necessidade estrutural, demandada pelos próprios negócios capitalistas – que precipitará os primeiros ensaios de construção de uma esfera pública.

Essa necessidade está embutida nas relações pré-capitalistas. Com efeito, Habermas flagra a imbricação entre mercadorias e informações ainda no pré-capitalismo: “Aqui pensamos nos elementos do novo sistema de trocas: a troca de mercadorias «e de informações» engendrada pelo grande comércio pré-capitalista” (1984: 28).

Até aí, a formação das opiniões (e da opinião pública enquanto tal) não está posta. As informações trocadas a partir do pré-capitalismo que navega em direção ao grande comércio não se assemelham em nada a discursos que engendrem juízo de valor sobre o poder ou sobre a organização do Estado. Elas se resumem a dados relacionados à atividade econômica propriamente dita: ofertas, preços, rotas de transportes, cifras transmitidas em correspondências.

O espaço público que vai se formando assume as feições, ele também, de um sistema de trocas análogo ao mercado do qual emana, em que as informações já começam a se pôr como pré-mercadorias – posto que concentram um valor de troca incipiente – cujo fluxo reforça, orienta e complementa o curso das mercadorias propriamente ditas. O próprio Habermas anota: “A troca de informações se desenvolve na trilha da troca de mercadorias” (1984: 29). Ele prossegue:

Com a expansão do comércio, o cálculo comercial, orientado pelo mercado, precisava, de modo mais freqüente e exato, de informações sobre eventos espacialmente distanciados. Por isso, a partir do século XIV, a troca antiga de cartas comerciais foi transformada numa espécie de sistema corporativo de correspondência. (...) Mais ou menos contemporâneos ao surgimento das bolsas, o correio e a imprensa institucionalizaram contatos permanentes de comunicação (Ibid.).

Rigorosamente, só se poderá falar em correio à medida que o serviço de postagem e o de entrega de mensagens escritas se tornarem acessíveis para o público em geral – do mesmo modo, da imprensa quando as notícias impressas se converterem finalmente em uma mercadoria pública, isto é, passível de ser comprada e lida por qualquer cidadão. A dinâmica peculiar da esfera pública tem, desde logo, uma dinâmica análoga à do mercado, como se dele fosse um reflexo, um desdobramento, um espelhamento reelaborado capaz de refletir e reconceber o mercado, agindo em retorno sobre ele.

Se reflete as relações sociais e de troca, a esfera pública nascente já coloca em cena as tensões com o poder. São ambíguas, mas tensões. Reunidos em público, seus integrantes consubstanciam um novo polo de pressão política. Ela abre no interior do poder estatal, de fora para dentro e de baixo para cima, arenas relativamente informais (se comparadas ao funcionamento fechado das instituições de então), mas também relativamente eficazes em interferir nesse mesmo poder. A autoridade se vê pressionada (ou seduzida) a negociar, a dialogar e a buscar novas formas de legitimação. A autoridade começa a ver nos jornalistas um veículo para as suas razões de Estado.

Ainda em março de 1769, um decreto sobre a imprensa baixado pelo governo vienense testemunha o estilo dessa *práxis*: «Para que os redatores dos jornais possam saber que espécies de decretos, dispositivos e outras coisas que ocorrem são adequadas para o público, essas notícias serão reunidas a cada semana pelos funcionários públicos fornecidas aos jornalistas» (Habermas, 1984: 36).

Ao mesmo tempo em que a autoridade se vê instada a assimilar a esfera pública, regulamentando-a, tentando instrumentalizá-la, ela se vê, também, interpelada a prestar contas.

D

Em torno da instância da imagem ao vivo

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social (Habermas, 1984: 42).

Vemos claramente que existe aí uma contradição episódica: conforme vai adquirindo visibilidade e peso político, a esfera pública solicita à autoridade estatal que a «sancione», que a abençoe e, ao mesmo tempo, começa a pressioná-la a partir do público. Ela traz o debate político, que só conhecia, quando muito, os gabinetes palacianos, para a luz do dia; areja, com o diálogo, processos que só se moviam segundo lógicas despóticas.

Pela razão e pelo diálogo que vêm pressupostos nesse deslocamento histórico, é correto afirmar, como faz Jean-Marc Ferry, que “o espaço público moderno é uma criação do Iluminismo” (1998:15). Ele nasce com a vocação de promover a emancipação do sujeito frente ao jugo absolutista. Mas, novamente, há que se chamar atenção para as contradições que marcam esse nascimento: trata-se, sim, de um movimento de emancipação e, ao mesmo tempo, de emancipação que legitima o poder do qual se quer libertar.

No início, o espaço público burguês sequer correspondia à institucionalização de uma crítica que empregava os meios da moral para reduzir ou «racionalizar» a dominação política. No contexto da época, isso significaria «impugnar o princípio absolutista» (Ibid.).

Há outro aspecto da mesma contradição, que opõe o «domínio público» de então ao nascente espaço público. Conforme Ferry,

o domínio público [o «público» aqui sendo a «razão de Estado», domínio público segundo uma acepção hobbesiana] não havia se entregado a um espaço público: estava confinado a esse espaço um tanto paradoxal da «razão de Estado» e do «segredo de Estado». O que cria a abertura da Publicidade e opera a transubstanciação do domínio público em espaço público é a força exterior da crítica (Ibid.).

Para que isso se dê, a autonomia de consciência, de opinião e de fé, de natureza privada, deve vigorar:

O impulso não vem de cima. Vem de baixo, quando as pessoas particulares, reunidas nos salões, nos cafés e nos clubes constituem as primeiras «esferas públicas» burguesas para intercambiar experiências. A autonomia privada da

consciência individual, núcleo do espaço público moderno, adquire sua própria força da crítica (Ibid.).

A esfera pública nasce, portanto, como projeção das relações de mercado, que ganham ressonâncias públicas no interior do Estado e na forma de tomada de decisões no domínio público. Numa determinada perspectiva, ela transforma as razões dos sujeitos de mercado em interlocutoras das razões de Estado; ao tempo em que «publiciza» o Estado, ela contribui também para «desestatizar» a sociedade. As «razões de Estado», antes reféns do âmbito restrito e fechado do absolutismo, são pressionadas a não mais se resolverem sem que delas se preste contas ao público. O Estado, nessa mesma perspectiva, antes uma ferramenta pública a serviço das razões privadas do monarca, vê-se forçado a assimilar consensos mais amplos.

Por que promover essa recapitulação, um tanto longa e, pior, com ares de coisa já vista? A razão é simples: a teia específica de contradições, bem como a vinculação necessária entre a dinâmica da esfera pública nascente e o mercado (fluxo de informações igual a fluxo de mercadorias; liberdade de empreendimento e de propriedade igual a liberdade de culto e de opinião, e assim por diante), não vem sendo pensada com a devida atenção quando se trata de entender o que podemos chamar de espaço público em nossos dias. Concebida apenas como um *constructo* social, como um pacto entre interesses diversos, semelhante a um jogo cujas regras são produto de negociação, ou mesmo como uma gramática dotada de regramentos conscientes, a esfera pública raramente é discutida como categoria histórica, materialmente engendrada pelo próprio modo de produção em que deita raízes. Não que ela não possa – e não deva – ser entendida, também, como pacto, jogo ou gramática; não que inexistam, no interior dela, estruturas normativas a disciplinar a interação entre os sujeitos: essas várias dimensões não podem ser esquecidas, mas aqui, o que se deve observar é que, antes de tudo, a esfera pública é uma materialidade histórica.

DE VOLTA À MATERIALIDADE

O que contribui para que sua materialidade fosse negligenciada talvez seja, por assim dizer, o próprio «charme» da outra face da origem da esfera pública, mais romântica, envolta em uma certa mística boêmia e até mesmo sensual. Esta outra face é tecida nos cafés, nas tabernas, entre taças de vinho e a fumaça do tabaco, nas conversas às escuras que tinham lugar em torno das mesas, nas risadas mais altas, nos comentários mais sarcásticos. A esfera pública alcança seus contornos mais perenes e mais elegantes nos salões da corte, em que jovens capitães se enamoravam de condessas enviuvadas em meio a saraus literários,

D

Em torno da instância da imagem ao vivo

concertos vespertinos e colóquios animados por escritores a convite da aristocracia. Aí normalmente se identifica o germe da opinião pública: nos ambientes em que os cidadãos do público podiam conspirar.

São fartamente conhecidas as conexões entre a crítica literária, praticada nos jornais e amplamente prestigiada pelos aristocratas, e o surgimento da opinião pública. É como se a opinião pública fosse a crítica literária se rebelando e passando a articular discursos mais-que-estéticos, não mais do agrado dos monarcas. “A esfera pública política provém da literária; ela intermedia, através da opinião pública, o Estado e as necessidades da sociedade” (Habermas, 1984: 46).

O fortalecimento da imprensa de opinião marcará definitivamente o estabelecimento da esfera pública como o núcleo das primeiras sociedades democráticas. É o que nos lembra Bernard Miège. As datas variam de país para país, mas a Inglaterra, nesse processo, está relativamente à frente dos Estados Unidos e do continente europeu. De modo geral:

em meados do século XVIII, esta forma de imprensa está disponível, apesar da oposição mais ou menos permanente da maior parte dos governantes; ela é produzida de modo artesanal, as tiragens são reduzidas, a periodicidade é irregular e a paginação é variável. O estilo polêmico, de uma violência de linguagem que nos dá medo só de imaginar, é o que a anima e o discurso político é estreitamente ligado às propostas literárias: escritores se tornam publicistas assegurando o renome dos jornais com os quais colaboram (Miège, 1995: 163-175).

Os jornais passam a fazer política, e é assim que se fixarão para então converterem-se em negócio – o negócio de vender informação ao público amplo – e, depois, em indústria, já no século XIX. É nesse contexto que a «instância da palavra impressa» vai se firmar. A esfera pública, segundo Habermas, nasce como um espaço comunicacional comum. Aberto ao público. Feito de público.

Essa natureza comunicacional da esfera pública será enfatizada pelo próprio Habermas em trabalhos posteriores:

A esfera pública não pode ser concebida como uma instituição e certamente não como uma organização. (...) [Ela] pode melhor ser descrita como uma rede para a comunicação de informações e pontos de vista” (Habermas, 1996: 360).

Ele continua:

A esfera pública se distingue como uma estrutura comunicacional que está relacionada a um terceiro aspecto da ação comunicativa: não se refere nem às funções nem ao conteúdo da comunicação de todo dia mas ao «espaço social» gerado pela comunicação (Ibid.).

No século XX, os chamados meios de massa irão promover a expansão da esfera pública: “Em comparação com a imprensa da era liberal, os meios de comunicação de massa alcançaram, por um lado, uma extensão e uma eficácia incomparavelmente superiores e, com isso, a própria esfera pública se expandiu” (Habermas, 1984: 221).

Paremos aqui, por alguns instantes, nesta imagem: com a extensão e eficácia incomparavelmente superiores, a esfera pública se expande. Atente-se para a imagem de expansão quase física que reside na frase de Habermas. Se é verdade que, com mais extensão e mais eficácia, os meios de comunicação de massa expandem a esfera pública, então é verdade que a dimensão da esfera pública é dada pelo alcance (espacial) e pela eficácia das proposições que os meios veiculam. Em outros termos, podemos dizer que sua dimensão é dada pela quantidade de sujeitos que a comunicação inclui. Indo adiante, temos que a esfera pública possui o exato perímetro do alcance eficaz dos meios de sua comunicação.

O advento dos meios de massa marca, portanto, um salto. Para a esfera pública burguesa do século XIX, mediada pela imprensa, os jornais eram um sistema que fazia circular ideias, informações e opiniões; mas ela emergia como um campo prévio à própria ação dos jornais. Já para a esfera pública «expandida» pelos meios de comunicação de massa, o fator aglutinador não é mais a emergência de sujeitos da vida privada, mas a ação dos próprios meios. Agora, a esfera pública não é mais refletida (crítica e dialeticamente) na imprensa: ela é fabricada, como audiência, pelos meios. Antes, a esfera pública era a força que gerava seus meios (a imprensa de opinião). Agora, os meios (de massa), expressão do capital na forma de força comunicacional, é que geram sua esfera pública.

É por isso que se dirá, a partir daí, que a esfera pública perde seu potencial crítico. O público se desnatura em massa. No último suspiro de *Mudança Estrutural da Esfera pública*, Habermas cita C. W. Mills para dar o atestado dessa desnaturação:

Num público, escreve Mills, (...) opiniões formadas através de tal discussão (3) rapidamente encontram uma saída na ação efetiva, mesmo contra – caso necessário – o sistema dominante de autoridade. E instituições autoritárias não penetram o público, que nisso é mais ou menos autônomo em sua operação.

(...)

Pelo contrário, opiniões perdem em termos de caráter público à proporção que estão presas ao contexto de comunicação de uma “massa” (Habermas, 1984: 289).

E, em seguida, apresenta a definição de «massa» escrita por Mills:

D

Em torno da instância da imagem ao vivo

Numa *massa*, (1) muito menos gente expressa opiniões do que as recebe, pois a comunidade do público torna-se uma coleção abstrata de indivíduos que recebem impressões dos meios de comunicação de massa. (2) As comunicações que prevalecem são organizadas de tal modo que é difícil ou impossível para o indivíduo responder de modo imediato ou com qualquer eficácia. (3) A efetivação da opinião em ação é controlada por autoridades que organizam e controlam os canais de tal ação. (4) A massa não tem autonomia frente às instituições; pelo contrário, agentes de instituições autorizadas penetram essa massa, reduzindo qualquer autonomia que ela possa ter na formação de opinião através de discussão (Ibid.).

Num primeiro momento, a «instância da imagem ao vivo» irá levar ao extremo esse esvaziamento da crítica. Já no final do século XX, com as redes interconectadas de que nos fala Yochai Benkler, a diversidade de vozes fará lembrar os primórdios da esfera pública, acendendo, em alguns entusiastas, um espírito de ressurreição do ideal iluminista presente no nascimento da esfera pública burguesa. Diz ele:

A esfera pública interconectada permite a muito mais indivíduos comunicar suas observações e seus pontos de vista para muitos outros, e a fazer isso de tal maneira que não pode ser controlada pelos proprietários dos meios de comunicação e não é fácil de ser corrompida pelo dinheiro como nos tempos dos meios de comunicação de massa (Benkler, 2006: 11).

De fato, a diversidade está no ar, ou, melhor, na rede. De outro lado, os espaços comuns da comunicação, aqueles sem os quais não há a possibilidade de identificação entre os sujeitos como pertencentes a um mesmo todo – a uma instância compartilhada – ainda persistem. E são eles que prosseguem presididos pela instância da imagem ao vivo, que as redes interconectadas vêm problematizar, arejar e, outra vez, desestabilizar. As contradições com o poder agora se manifestam em relação ao poder do dinheiro e às hierarquias típicas do Estado. Essas novas tensões, contudo, não revogam a necessidade estrutural do espaço comum da comunicação, no qual a imagem ao vivo – ou sua possibilidade, sua iminência, sua presença viva, potencial ou latente – ainda se afirma como o mais abrangente aglutinador, por cima das fronteiras do idioma e das nacionalidades. Essa instância é cada vez mais povoada de palavras, por certo, que promovem dentro dela as mais diversas mediações. Mas, fundamentalmente, ela permanece acesa – e reforçada pelas emergências que a problematizam. ■

REFERÊNCIAS

- BENKLER, Yochai. *The Wealth of Networks*. New Heaven, Conn: Yale University Press, 2006.
- DEBRAY, Régis. *Vida e morte da imagem*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- FERRY, Jean-Marc. Las transformaciones de la publicidad política. In: Jean-Marc Ferry, Dominique Wolton e outros. *El nuevo espacio público*. Barcelona: Editorial Gedisa, 1998, 2.reimpressão.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- _____. *Between Facts and Norms*. Cambridge: MIT Press, 1996.
- IANNI, Octavio. *A Sociedade Global*. Sexta Edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- LACAN, Jacques. A instância da Letra no Inconsciente. In: *Escritos*. São Paulo: Perspectiva, 4.edição, 1996.
- MIÈGE, Bernard. L'espace public: perpétué, élargi et fragmenté. In: PAILLART, Isabelle (org.). *L'espace public e l'emprise de la communication*. Grenoble: Ellug, 1995.
- ORTIZ, Renato. *A mundialização da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Artigo recebido em 14 de abril e aprovado em 3 de junho de 2009.

